

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) N° 05/2014/CM

PROCESSO № 39/2014/CM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para desenvolvimento de aplicativo para smartphone e tablet consistente na publicação e disseminação de dados e informações públicas na internet, de forma que possam ser utilizado por toda sociedade, conforme especificação deste edital.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

DATA/HORA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS: dia 17/04/2014, entre 09h45min e 10h00min.

DATA/HORA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO": dia 17/04/2014 às 10h00min.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Plenário da Câmara Municipal de Louveira - Rua Wagner Luiz Bevilacqua, 35 — Bairro Guembê — Louveira-SP.

RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO:

Pregoeiro: Luis Carlos de Medeiros

LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL: O Edital na íntegra será fornecido aos interessados a partir de 02/04/2014, na Seção de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Louveira - Rua Vagner Luiz Bevilacqua, 35 — Bairro Guembê — Louveira-SP, no horário das 09 às 16 horas ou através do site www.camaralouveira.sp.gov.br

1. PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA, através da Diretoria Geral – Seção de Compras e Licitações, torna público que se realizará procedimento licitatório na modalidade de PREGÃO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos preconizados pela Lei Federal nº 10.520/2002 e pelo Ato de Presidente nº 010/2012/CM e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital, sendo observadas as seguintes datas e horários:

- a) credenciamento dos representantes das empresas interessadas: dia 17/04/2014, das 09h45min até 10h00min.
- b) abertura da sessão pública, com recebimento dos envelopes com "PROPOSTAS DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" logo após o credenciamento.
- c) Todas as partes deste edital são complementares entre si, de tal modo que qualquer detalhe que se mencione em uma delas considerar-se-á especificado e válido para todas as demais.

2- DO OBJETO

2.1. Pretende a **CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA** a contratação de empresa especializada para desenvolvimento de aplicativo para smartphone e tablet consistente na publicação e

disseminação de dados e informações públicas na internet, de forma que possam ser utilizado por toda sociedade, conforme especificação deste Termo de Referência.

3- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR ESTIMADO

- **3.1.** A prestação de serviços terá suas despesas suportadas pela dotação orçamentária codificada sob os n.º 9.01.339039 (outros serviços de terceiros pessoa jurídica) 01.031.0068.2239
- **3.2.** O valor estimado para a prestação dos serviços objeto do contrato, pelo período de 12 (doze) meses, é de R\$ 94.195,81 (noventa e quatro mil, cento e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos).

4- DOS ANEXOS

Fazem parte integrante do presente Edital os seguintes anexos:

- **4.1.** ANEXO I Proposta de Preços;
- **4.2.** ANEXO II Modelo de Declaração de Habilitação e Atendimento às Condições do Edital;
- **4.3.** ANEXO III Modelo de Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho
- **4.4.** ANEXO IV Modelo de Declaração de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.
- **4.5.** ANEXO V Modelo de Credenciamento
- **4.6.** ANEXO VI Minuta de Contrato
- **4.7.** ANEXO V Termo de Referência

5 - DO CREDENCIAMENTO

- **5.1.** Os representantes dos licitantes serão credenciados pelo Pregoeiro e deverão apresentar procuração, através de instrumento público ou particular com firma reconhecida, que lhes confira poderes para oferecer lances, negociar preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa licitante.
- **5.2.** O representante, em sendo sócio ou dirigente da licitante, deverá apresentar cópia do respectivo contrato social (acompanhado de todas as alterações ou consolidado) ou estatuto, este acompanhado da ata de eleição da diretoria, no qual estejam expressos seus poderes (por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial).
- **5.3.** Além do instrumento de mandato, deverão apresentar obrigatoriamente cédula de identidade ou documento equivalente.
- **5.4.** Na hipótese de a licitante não apresentar Representante (Legal ou Procurador) ou esse não se credenciar, a licitante ficará impedida de participar da fase de lances verbais, da negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, ou mesmo de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido o preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- **5.5.** Encerrado o credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais retardatários.
- **5.6.** Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- **5.7.** Os documentos de credenciamento serão retidos pelo pregoeiro e equipe de apoio e juntados ao processo licitatório.

5.8. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, deverão apresentar no momento do credenciamento declaração de enquadramento de ME ou EPP (ANEXO IV), não podendo esta se beneficiar da lei se não apresentar a declaração neste momento.

6- DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E AS CONDIÇÕES DO EDITAL

A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, condições do edital e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital e apresentada **FORA** dos envelopes.

7 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Da Participação:

Somente poderão participar desta licitação as empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, sendo vedada a participação de empresas com falência decretada, concordatárias/em recuperação judicial ou extrajudicial, declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou com suspensão do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Louveira.

7.2. Da Habilitação:

A habilitação à presente licitação será realizada mediante comprovação de:

- Habilitação Jurídica;
- Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- Qualificação Econômico-Financeira;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7° da Constituição Federal e na Lei Federal n $^{\circ}$ 9.854, de 27/10/1999;

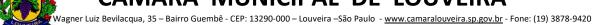
7.2.1. - Habilitação Jurídica:

- **7.2.1.a.** ato constitutivo, estatuto ou contrato social (acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. A apresentação do contrato social consolidado, em vigor e devidamente registrado, dispensa a apresentação do contrato constitutivo da pessoa jurídica;
- **7.2.1.b.** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- **7.2.1.c.** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- **7.2.1.d.** os documentos relacionados nas alíneas "a" a "c" deste subitem 7.2.1. não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão com os requisitos especificados no item 8.3.2.

7.2.2. - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- **7.2.2.a.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- **7.2.2.b.** Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA



- **7.2.2.c.** Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- **7.2.2.c.1.** Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal ou documento equivalente;
- **7.2.2.c.2.** Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pelo órgão competente do município sede da licitante ou documento equivalente.
- **7.2.2.d.** Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social INSS mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa ou documento equivalente;
- **7.2.2.e.** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS ou documento equivalente;

Considerando o disposto no artigo 195, §3°, da Constituição Federal e no artigo 2° da Lei Federal n° 9012/95, obrigar-se-á a licitante, caso declarada vencedora, mediante solicitação por parte da Câmara, a atualizar a Certidão Negativa de Débitos (CND) e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou o documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", que deverão estar em plena validade no ato da adjudicação, caso as certidões apresentadas na fase de habilitação tenham sua validade expirada;

- **7.2.2.f.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943;
- **7.2.2.g.** A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do contrato**;
- **7.2.2.g.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- **7.2.2.g.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **dois dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério desta Câmara, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- **7.2.2.g.3.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem g.2, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02
- **7.2.3** Qualificação econômico-financeira: Certidão negativa de pedido de falência ou concordata/recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão púbica deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade(s) civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civil, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

agner Luiz Bevilacqua, 35 – Bairro Guembê - CEP: 13290-000 – Louveira – São Paulo - www.camaralouveira.sp.gov.br - Fone: (19) 3878-9420

- **7.2.4.** <u>Declaração</u>: Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em conformidade com o inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, exigência prevista na Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999.
- **7.2.5.** Toda documentação a ser apresentada para fins de habilitação deverá estar em nome da licitante proponente, e, concomitantemente, com indicação do mesmo número de inscrição no CNPJ e com o mesmo endereço, quaisquer que sejam estes (da matriz ou de filial) exceto para os documentos que são gerados apenas em nome, endereço e CNPJ da matriz. Quando do recebimento do objeto deste certame, as respectivas Notas Fiscais deverão ser da mesma empresa/CNPJ/endereço que participou desse certame.

8- DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

As propostas de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados separadamente, em envelopes fechados com os seguintes dizeres, externamente:

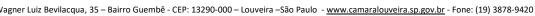
"ENVELOPE I	V <i>°</i> 1
CÂMARA MU	INICIPAL DE LOUVEIRA
ANEXO I - PR	OPOSTAS DE PREÇOS - PREGÃO N°05/2014/CM
EMPRESA	<i>"</i>
//====================================	N°2
"FKIN/FI (1DF	
<i>"ENVELOPE</i> <i>CÂMARA MI</i>	· · · -
CÂMARA MU	INICIPAL DE LOUVEIRA OS DE HABILITAÇÃO - PREGÃO N°05/2014/CM

- **8.1.** A não indicação dos dizeres supracitados, no anverso dos envelopes, assim como o seu envio pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) é de responsabilidade, unicamente, do licitante por seu extravio, destinação diversa, devassamento, não recebimento, bem como protocolo intempestivo. A ausência dos dizeres na parte externa do envelope não constituirá motivo para desclassificação do licitante que poderá regularizá-lo no ato da entrega.
- **8.1.1.** Não será admitido o encaminhamento de propostas via fax, por meio eletrônico ou similar.

8.2. Da Proposta:

- **8.2.1.** O **Anexo I PROPOSTA DE PREÇOS** deverá ser utilizado, **preferencialmente**, para a apresentação da Proposta, datilografado, impresso ou preenchido a mão de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente.
- **8.2.2.** Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação da proposta comercial, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.
- **8.2.3.** A proposta deverá ser assinada pelo titular da empresa ou por representante devidamente qualificado, isenta de emendas ou rasuras.
- **8.2.4.** Não serão consideradas propostas com ofertas de vantagens não previstas neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes. Para todos efeitos legais e de direito, serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções às propostas não exigidas pelo presente Edital.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA



- **8.2.5.** O preço deverá ser proposto em valores unitários e por valor total, em moeda nacional, escrito obrigatoriamente em algarismo e, por extenso no local determinado no Anexo I, prevalecendo em caso de divergência os valores unitários. No preço ofertado deverão estar computadas todas as despesas incidentes, inclusive impostos e encargos sociais, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.
- **8.2.6.** O prazo mínimo de validade da proposta deve ser de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da abertura do envelope da proposta de preços.
- **8.2.6.1** A Licitante que não preencher o campo do prazo da proposta no Anexo I (Proposta de Preços) ficará obrigado a garantir a validade mínima de 60 (sessenta) dias.

8.3. Dos documentos de habilitação:

- **8.3.1.** Os documentos de habilitação serão, preferencialmente, arrumados na ordem em que estão citados neste Edital, devendo todas as folhas ser rubricadas pelo titular da empresa licitante ou representante legal e numeradas em ordem crescente;
- **8.3.2.** Os documentos deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial. As certidões referentes à regularidade fiscal, quando não vierem com prazo de validade expresso, serão consideradas válidas se emitidas em até 90 (noventa) dias, da data designada para abertura dos envelopes.
- **8.3.3.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- **8.3.4**. Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a inabilitação do licitante;
- **8.3.5.** O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio, à seu critério, diligenciará efetuando consulta direta nos sites dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

9 - DA SESSÃO DO PREGÃO

9.1. Declarada aberta a sessão, os credenciados entregarão ao pregoeiro a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e Atendimento às Condições do Edital, nos termos do Modelo indicado no Anexo II deste Edital e, em envelopes separados, os envelopes com as propostas de preços e os documentos de habilitação. Os envelopes de habilitação permanecerão lacrados sob a guarda do mesmo.

9.2. Da abertura dos envelopes com propostas de preços (classificação das propostas):

- **9.2.1.** Os envelopes com as propostas de preços serão abertos imediatamente pelo pregoeiro, que verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, desclassificando, preliminarmente, aquela que:
- a. Não apresentar a proposta devidamente datada e assinada pelo Representante Legal ou preposto/autorizado da LICITANTE;
- **b.** Apresentar preços baseados nos de outras propostas;
- **c.** Apresentar preços alternativos ou vantagens que imponham condições não previstas neste Edital:
- **d.**Tiver preços **manifestamente inexeqüíveis**, conforme disposto no artigo 48, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas posteriores atualizações, e,
- e. Não obedecer às condições estabelecidas no Edital para sua classificação

9.2.2. Verificada a compatibilidade com o exigido no Edital, serão ordenadas as propostas em ordem crescente de preços;

9.3. Dos lances verbais:

- **9.3.1.** Após a classificação das propostas, o pregoeiro divulgará em alta voz, e convidará individualmente os representantes dos licitantes classificados a apresentarem lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço, de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.
- **9.3.2.** A desistência da apresentação de lance verbal, após a convocação realizada, implicará na exclusão da licitante da apresentação de novos lances, permanecendo o valor da proposta escrita para efeito de classificação final.
- **9.3.3**. A rodada de lances verbais será repetida até que não haja nenhum novo lance verbal.

9.4. Do julgamento:

- **9.4.1.** O julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital;
- **9.4.2.** Encerrada a fase de oferecimento de lances verbais, as propostas serão reordenadas e o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta agora primeira classificada, se for o caso:
- **9.4.3** Superada a fase de classificação, o pregoeiro passará à abertura do envelope de documentos da primeira colocada, para exame.
- **9.4.4.** Se o primeiro colocado não for considerado habilitado, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para exame de seus documentos de habilitação.
- **9.4.4.1.** Se o pregoeiro verificar que a primeira colocada inabilitada estava participando com a finalidade de tumultuar o processo, poderá este e sua equipe de apoio reiniciar a fase de lances, sem a participação da empresa inabilitada, tendo em vista o principio da concorrência e a impossibilidade de adjudicação do objeto ao licitante inabilitado.
- **9.4.5.** O pregoeiro divulgará a classificação final, com a proclamação do vencedor do certame, quando o pregoeiro tentará obter um preço melhor.
- **9.4.6.** Posteriormente, os licitantes poderão manifestar **imediata e motivadamente** a intenção de interposição de recursos, quando então, dependendo disso, será utilizada uma das formas constantes da Cláusula Décima. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará em decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro, do vencedor.
- **9.4.7.** Da reunião lavrar-se-á a ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos licitantes.
- **9.4.8.** Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes, devidamente rubricados pelo pregoeiro e pelos licitantes, ficarão sob a guarda do pregoeiro, sendo exibido aos licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

9.5. Do direito de preferência da Microempresa e empresa de pequeno porte

- **9.5.1** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.
- **9.5.2.** Para efeito do disposto no item 9.5 deste edital, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para, querendo apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do



certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, tendo o prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

- b) Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- c) Na hipótese de haver restrição na comprovação da regularidade fiscal, proceder-se-á de conformidade com o disposto no § 1º. do artigo 43 da Lei Complementar 123/06.
- d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.5.1. deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro apresentar melhor oferta.
- **9.5.3** Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item 9.5, deste edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- **9.5.4.** O disposto no item 9.5 deste edital, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10 - DOS RECURSOS

- **10.1.** Os licitantes que manifestarem imediata e motivadamente interesse em recorrer, terão o prazo máximo de três dias para fazê-lo, a contar da data da lavratura da ata, ficando estabelecido o mesmo prazo para a apresentação, pelos demais licitantes, de contra-razões, contado a partir do dia do término do prazo concedido para recurso.
- **10.2.** Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Câmara de Louveira, via pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato, no prazo de três, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, ao Presidente da Casa, que proferirá a decisão em idêntico prazo, a contar do recebimento.
- **10.3.** O resultado do recurso será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no site institucional da Câmara Municipal de Louveira, afixado no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax/e ou email.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- **11.1.** Inexistindo manifestação recursal, caberá ao pregoeiro a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pelo Presidente da Casa, afixando-se a decisão no quadro de avisos e publicando a síntese do ato no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site institucional da Câmara Municipal de Louveira.
- **11.2.** Havendo a interposição de recurso, após o julgamento, caberá ao Presidente da Casa a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, seguindo-se a competente homologação do procedimento licitatório, com a devida publicação do ato no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no site institucional da Câmara Municipal de Louveira e no quadro de avisos.

12 - DA VISTA DOS ATOS

Os autos do processo da licitação estarão com vista franqueada aos interessados, com as cautelas de praxe, no Setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Louveira.

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- **13.1.** Até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital, mediante petição escrita, protocolada no Setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Louveira.
- **13.2.** O Presidente da Casa, ouvindo as áreas pertinentes, decidirá sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Em sendo acolhida a impugnação, ou se houver necessidade de alteração do edital, será designada nova data para realização da licitação.
- **13.3.** Em caso de não solicitação, pelas LICITANTES, de esclarecimentos e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer reclamação sobre o contido neste **PREGÃO**.

14 - DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

O Presidente da Casa poderá revogar a presente licitação desde que presentes razões relevantes de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la, por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, antes da deliberação final sobre o desfazimento do certame licitatório.

15 - DO PRAZO PARA INICIO PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE EXECUÇÃO

- **15.1.** Os serviços deverão iniciar em até 05 **(cinco) dias**, após a assinatura do termo de contrato.
- **15.2**. Ocorrendo qualquer problema, a **LICITANTE VENCEDORA** deverá comunicar imediatamente por escrito a Diretoria Geral da Edilidade.

16 - DO CONTRATO

- **16.1.** Fica estabelecido o prazo de até três dias, a contar da data de homologação, para que o adjudicatário assine o instrumento de contrato ou retire o documento equivalente;
- **16.2.** Para assinar o contrato o adjudicatário deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação à presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do ajuste.
- **16.3.** O Contrato será fiscalizado pela área requisitante com supervisão da Comissão de Gestão de Contratos, sendo que esta é responsável pela boa execução do objeto licitado.

17 - DO PAGAMENTO

- **17.1.** A Diretoria Financeira efetuará o pagamento à **LICITANTE VENCEDORA** no prazo de até 05 (cinco) dias, após o fechamento mensal, contados da data do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- **17.2.** Antes de ser efetuado o pagamento, a Comissão de Gestão de Contrato, ouvindo a área requisitante, deverá emitir certidão atestando que os serviços foram executados conforme o pactuado.

18 - DAS SANÇÕES

18.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de

2002, observadas as normas contidas no Decreto Municipal nº 3014/06, no que couber, respeitado o contraditório e ampla defesa.

- **18.2.** Nos termos da Lei 10.520/02 e, subsidiariamente, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações, poderão ser aplicadas multas, as quais são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra, respeitado o contraditório e ampla defesa.
- **18.3.** Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, bem como para aplicação das demais penalidades cabíveis, serão conduzidos no âmbito do órgão contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, respeitado o contraditória e ampla defesa.

19 - DA VIGÊNCIA

O prazo vigência será de 12 (doze) meses, a partir da data da ultima etapa (implantação e treinamento), podendo ser prorrogado, a critério da **edilidade**, de acordo com o preceituado na Lei n° 8.666/93

20 - DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Informações complementares e maiores esclarecimentos poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira das 9 às 17 horas pelo telefone (19) 3878-9428, fax (19) 3878-9422 ou pelo e-mail diretorgeral@camaralouveira.sp.gov.br.

21 - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Vinhedo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Edital.

22 - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

Louveira, 01 de abril de 2014.

LUIZ CARLOS DE MEDEIROS PREGOEIRO

MARCELO SILVA SOUZA
DIRETOR GERAL

De acordo:

ESTANISLAU STECK

Presidente

ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS

(MODELO)

CNPJ: FONE(S): E-MAIL: ITEM DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO UNIDADE DE MEDIDA PREÇO UNITÁRIO PREÇO GLOBAL 01 Etapa 1: Desenvolvimento serviço R\$ 02 Etapa 2: Implantação e Treinamento serviço R\$ 03 Etapa 3: Suporte e Manutenção mês R\$ (por mês) R\$ ALOR GLOBAL DA PROPOSTA	PROPO	ONENTE:				
CNPJ: CEP: FONE(S): E-MAIL: ESTADO: ITEM DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO UNIDADE DE MEDIDA PREÇO UNITÁRIO PREÇO GLOBAL 01 Etapa 1: Desenvolvimento serviço R\$ 02 Etapa 2: Implantação e Treinamento serviço R\$ 03 Etapa 3: Suporte e Manutenção mês R\$ (por mês) R\$ VALOR GLOBAL DA PROPOSTA VALIDADE DE PROPOSTA (ITEM 8.2.6, DO EDITAL) DECLARO que a proposta ofertada atendem as especificações do objeto licitado.	ENDER	REÇO:				
FONE(S): E-MAIL: ITEM DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO UNIDADE DE MEDIDA PREÇO UNITÁRIO PREÇO GLOBAL	MUNI	1UNICÍPIO: Bairro/Distrito				
E-MAIL: ESTADO:	CNPJ:		CEP:			
ITEM DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO UNIDADE DE MEDIDA PREÇO UNITÁRIO PREÇO GLOBAL 01 Etapa 1: Desenvolvimento serviço R\$ 02 Etapa 2: Implantação e Treinamento serviço R\$ 03 Etapa 3: Suporte e Manutenção mês R\$ (por mês) R\$ VALOR GLOBAL DA PROPOSTA VALIDADE DE PROPOSTA (ITEM 8.2.6, DO EDITAL) DECLARO que a proposta ofertada atendem as especificações do objeto licitado.	FONE(S):				
ITEM DESCRIÇAO/ESPECIFICAÇÃO MEDIDA PREÇO UNITARIO PREÇO GLOBAL 01 Etapa 1: Desenvolvimento serviço R\$ 02 Etapa 2: Implantação e Treinamento serviço R\$ 03 Etapa 3: Suporte e Manutenção mês R\$ VALOR GLOBAL DA PROPOSTA VALIDADE DE PROPOSTA (ITEM 8.2.6, DO EDITAL) DECLARO que a proposta ofertada atendem as especificações do objeto licitado.	E-MAI	L:	ESTADO:			
2 Etapa 2: Implantação e Treinamento serviço R\$ 03 Etapa 3: Suporte e Manutenção mês R\$ (por mês) R\$ VALIDADE DE PROPOSTA (ITEM 8.2.6, DO EDITAL) DECLARO que a proposta ofertada atendem as especificações do objeto licitado.	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	_	PREÇO	UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
03 Etapa 3: Suporte e Manutenção mês R\$ (por mês) R\$ VALIDADE DE PROPOSTA (ITEM 8.2.6, DO EDITAL) DECLARO que a proposta ofertada atendem as especificações do objeto licitado.	01	Etapa 1: Desenvolvimento	serviço	R\$		
VALIDADE DE PROPOSTA (ITEM 8.2.6, DO EDITAL) DECLARO que a proposta ofertada atendem as especificações do objeto licitado.	02	Etapa 2: Implantação e Treinamento	serviço	R\$		
VALIDADE DE PROPOSTA (ITEM 8.2.6, DO EDITAL) DECLARO que a proposta ofertada atendem as especificações do objeto licitado.	US	Etapa 3: Suporte e Manutenção	mâs	ρ¢	(por mês)	RŚ
	ALOR	GLOBAL DA PROPOSTA		11.7	(po:e)	,
	ALOR	GLOBAL DA PROPOSTA			(pccs)	
	ALOR (VALIE	GLOBAL DA PROPOSTA DADE DE PROPOSTA (ITEM 8.2.6, ARO que a proposta ofertada ater	DO EDITAL)			do.
	ALOR (VALIE	GLOBAL DA PROPOSTA DADE DE PROPOSTA (ITEM 8.2.6, ARO que a proposta ofertada ater	DO EDITAL)			do.
	ALOR (VALIE	GLOBAL DA PROPOSTA DADE DE PROPOSTA (ITEM 8.2.6, ARO que a proposta ofertada ater	DO EDITAL)			do.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇOES DO EDITAL

Eu		(r	ome d	completo),	RG	nº
	representante		cre	denciado		da
	(denominação	da	pessoa	jurídica),	CNPJ	nº
, DECLA	.RO, sob as penas da	lei, c	que conhe	ço as espec	ificações	do
objeto do Pregão nº 05	/2014/CM e os term	os co	nstantes	no edital e s	eus ane	xos,
e que temos totais co	ondições de atende	er e o	cumprir t	odas as ex	igências	de
fornecimento ali contid	as. DECLARO, ainda,	que a	empresa	cumpre ple	nament	e as
exigências e os requisito	os de habilitação pre	vistos	no instru	mento conv	ocatório) do
supracitado, realizado	pela Câmara Munici	pal d	e Louveira	a, <u>inexistinc</u>	lo qualq	uer
fato impeditivo de sua	narticinação neste c	ertam	16			

Data e assinatura do credenciado

ANEXO III DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

DECLARAÇÃO
REF.: PREGÃO № 05/2014/CM.
<u>(nome da empresa)</u> , inscrito no CNPJ
n°, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº
, DECLARA , para fins
do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela
Lei $n^{\underline{o}}$ 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .
(data)
(assinatura do representante legal)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Fonte: Decreto nº 4.358/02

ANEXO IV DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

			DEC	CLARO , sob	as pe	nas da lei, sem	prejuízo	das
sanções	е	multas	previstas	neste	ato	convocatório,	que	а
empresa	a					(deno	minação	da
pessoa	jurídica),	CNPJ n.º						_é a
microen	npresas (ou empresa	de pequeno p	orte, nos t	ermos d	do enquadrament	o previsto	o na
Lei Com	plement	ar n.º 123 d	e 14 de dezer	mbro de 2.0	06, cujo	os termos declaro	conhece	r na
integra,	estando	apta, por	tanto, a exer	cer o dire	ito de	preferência com	o critério	de
desemp	ate no p	procediment	o licitatório d	do PREGÃO	PRESE	NCIAL 05/2014/	CM, realiz	zado
pela C	âmara M	1unicipal de	Louveira – S	P, bem co	mo obt	er postergação c	le prazo	para
regulariz	zar a doc	umentação	de regularidad	e fiscal.				
			Loc	al e data				
			Ass	inatura do F	Represe	ntante		
			RG:					

CPF

ANEXO V MODELO DE CREDENCIAMENTO/PROCURAÇÃO

A (nome da empresa)	, CNPJ n.º ,
com sede à	, neste ato representada pelo(s) (diretores ou
sócios, com qualificação completa -	– nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e
endereço) pelo presente instrumen	to de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es)
	ionalidade, estado civil, profissão e endereço),a quem
confere(m) amplos poderes para ju	nto à CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA (ou de forma
genérica: para junto aos órgãos pú	blicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos
necessários para representar a outo	organte na licitação na modalidade de Pregão Presencial
nº 05/2014/CM (ou de forma gené	rica para licitações em geral), usando dos recursos legais
e acompanhando-os, conferindo-lh	ies, ainda, poderes especiais para desistir de recursos,
interpô-los, apresentar lances ver	bais, negociar preços e demais condições, confessar,
transigir, desistir, firmar compromis	ssos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda,
substabelecer esta para outrem, co	om ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por
bom firme e valioso, e, em especial,	para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local, data e assinatura

ANEXO VI CONTRATO nº XX/2014/CM

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA E EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXX LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº XXXX/2014/CM

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

CONTRATADA:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para desenvolvimento de aplicativo para smartphone e tablet consistente na publicação e disseminação de dados e informações públicas na internet, de forma que possam ser utilizado por toda sociedade, conforme especificação deste Termo de Referência.

VALOR TOTAL: R\$

VIGÊNCIA CONTRATUAL:

I – INTRÓITO

O presente instrumento de contrato, rege-se fundamentalmente pelas Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações, que instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, estando vinculado ao Processo nº XXX/XXX/CM de acordo com a deliberação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Louveira exarada naqueles autos e que autoriza sua lavratura.

II – DAS PARTES

São partes no presente instrumento de contrato de prestação de serviços, autorizado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, conforme consta do Processo nº XXX/2014/CM, com deliberação deferida no mesmo processado:

 CNPJ/MF xxxxxxxxxxx, neste ato representada por seu representante legal, Sr xxxxxxxxxxxxxx, portador da cédula de identidade RG xxxxxxxxxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxx nº 184, Bairro xxxxxxxxxx, xxxxxxxxx -SP, doravante denominada CONTRATADA

III – DO OBJETIVO DO CONTRATO, DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA 3ª − Constitui-se objeto do presente contrato a prestação, pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, de serviço especializado para desenvolvimento de aplicativo para smartphone e tablet consistente na publicação e disseminação de dados e informações públicas na internet, de forma que possam ser utilizado por toda sociedade, conforme especificação deste Termo de Referência.

CLÁUSULA 4ª − A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pelos serviços discriminados na cláusula primeira, conforme etapas de execução a importância de:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO UNITÁRIO
01	Etapa 1: Desenvolvimento	serviço	R\$
02	Etapa 2: Implantação e Treinamento	serviço	R\$
03	Etapa 3: Suporte e Manutenção	mês	R\$ (por mês)

CLÁUSULA 5ª – Os valores acima, já fixados em real, não sofrerão qualquer outro tipo de correção monetária.

CLÁUSULA 6ª - A **CONTRATADA** cumprirá o contrato observado o prazo de sua duração da locação, ou seja, 12 meses após o inicio de terceira etapa, podendo ser prorrogado por iguais períodos, nos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. No caso de prorrogação poderá ser admitido o realinhamento de preço do contrato, utilizando-se a variação do IPCA do IBGE como fator de correção.

CLAUSULA 8ª - A Contratada será responsável pelos danos que seus funcionários causarem ao poder público ou a terceiros por dolo, imprudência, imperícia ou negligencia.

CLAUSULA 9ª - A Contratada deverá comprometer-se a supervisionar os serviços executados de forma a não transgredir as cláusulas do edital de convocação da licitação.

IV - DO REGIME JURÍDICO CONTRATUAL

CLÁUSULA 10 – Nos termos da lei, compete, como prerrogativa unilateral, à **CONTRATANTE**, quando ao contrato ora entabulado:

- a)- fiscalizar-lhe a execução;
- b)- aplicar sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA 11 – Este contrato será rescindido pela **CONTRATANTE**, no todo ou em parte, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de quaisquer ônus ou responsabilidade, independente de ação, notificação ou interpelação judicial, quando a **CONTRATADA**, na vigência do mesmo, cometer qualquer das infrações dispostas na legislação específica. A rescisão do contrato poderá ainda ocorrer nos termos previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA 12 – Se a culpa da rescisão for imputada exclusivamente a **CONTRATADA** ficará neste caráter de pena impedido de participar de licitações futuras, ficando ainda obrigado ao ressarcimento dos prejuízos a que der causa, nos termos do Código Civil Brasileiro

CLÁUSULA 13 – A **CONTRATADA** se obriga a realizar o trabalho avençado e sua será a responsabilidade pelos encargos trabalhistas e previdenciários, tributos federais, estaduais e municipais decorrentes da prestação de serviços ora contratados.

CLÁUSULA 14 − A parte que der causa à rescisão sem justo motivo do ora contratado obrigar-se-á a pagar uma multa de até 20% (vinte por cento) do valor total deste contrato, obedecidos no mais os ditames dos artigos 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

V – DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA 15 – Adotam **CONTRATANTE e CONTRATADA**, como motivos de rescisão da avença ora estatuída, o que expressamente determinam os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, além dos motivos expressamente estipulados no presente instrumento.

VI – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLAÚSULA 16 – O presente contrato somente poderá ser alterado, por escrito, via aditamento, que se submeterá ao artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e demais normas aplicáveis a espécie.

VII – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 17 — O presente contrato é firmado pelo prazo de 12 meses, a partir da terceira etapa, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, a critério da Câmara Municipal.

CLAÚSULA 18 – A **CONTRATADA** realizará os serviços contratados e já especificados de modo a satisfazer plenamente os termos do Processo nº XX/2014/CM como do edital de Pregão nº XX/2014/CM e demais documentos, partes integrantes deste.

CLÁUSULA 19 – Todo serviço prestado pelo (a) **CONTRATADA** terá orientação e supervisão da **CONTRATANTE**, que será representada pela Presidência da Mesa da Câmara.

CLÁUSULA 20 – Ficam fazendo parte integrante do presente instrumento todos os itens e documentos constantes do Pregão nº 05/2014/CM, bem como todos os termos constantes da proposta vencedora.

CLÁUSULA 21 – A **CONTRATANTE** colocará à disposição da **CONTRATADA** os recursos, meios, materiais e local apropriado para a execução dos serviços ora avençados.

CLÁUSULA 22— O presente contrato não configurará para todos os efeitos vinculo empregatício de qualquer natureza.

CLÁUSULA 23 - A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pelas obrigações trabalhistas, sociais e tributárias originadas no presente contrato, e bem assim por qualquer demanda judicial atinentes ao seu pessoal alocado aos serviços da **CONTRATANTE**, mantendo a Câmara Municipal isenta de qualquer responsabilidade.

VIII - DO FORO

CLÁUSULA 24 – Fica eleito o foro da Comarca de Vinhedo, excepcionado qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou controvérsia que o presente contrato porventura venha a suscitar.

CLÁUSULA 25 – A parte que der causa ao rompimento deste instrumento arcará com as despesas processuais e demais verbas cominadas à espécie

IX – DO ENCERRAMENTO

E, por estarem assim, certas e ajustadas, lido e achado conforme, assinam as partes já qualificadas no preâmbulo, o presente TERMO DE CONTRATO , na presença das testemunhas que conjuntamente este subscrevem, digitado e firmado em três (3) vias de igual teor e forma. NADA MAIS .
Louveira, em de de 2014.
CONTRATANTE PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL
Representante Legal: Sr (a)
Testemunhas: 1.

2.

ANEXO V TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para desenvolvimento de aplicativo para smartphone e tablet consistente na publicação e disseminação de dados e informações públicas na internet, de forma que possam ser utilizado por toda sociedade, conforme especificação deste Termo de Referência.

JUSTIFICATIVA: Proporcionar para a população, imprensa e interessados em geral um acesso instantâneo aos conteúdos recentes e de importância ocorrendo na Câmara Municipal para acompanhamento.

O mundo da cidadania hoje principia na tela do smartphone. Com mais de 200 milhões de linhas telefônicas celulares no país e mais de 20 milhões de aparelhos smartphones que devem dobrar de volume até o final de 2013, transformou-se no principal meio de relacionamento e informação, seja de camadas de alta renda ou baixa renda.

Recentes e impactantes manifestações no país sinalizam a importância do Poder Legislativo recuperar rapidamente e com urgência seu papel de exercício de democracia no município.

Para isso é preciso colocar a Câmara Municipal ao alcance do munícipe, usando os recursos de tecnologia da sociedade moderna. É preciso adotar os canais de comunicação usados por ele e não esperar o inverso, caso contrário estará sendo estimulado um grave distanciamento e sintonia de linguagem entre ambos.

O Poder Público e especialmente o Legislativo municipal precisam falar na forma e idioma de seus cidadãos.

Para atingir isso o desenvolvimento de um aplicativo com todas funcionalidades modernas para as plataformas de tablet e smartphones torna-se fundamental e indispensável.

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

- Desenvolvimento de App Aplicativo especialmente para a Câmara Municipal de Louveira, contemplando funcionalidades dentro das prioridades de informação e conteúdo de relacionamento da Casa Legislativa com a população.
- O aplicativo deverá funcionar em aparelhos denominados TABLETS e também e SMARTPHONES.
- Deverá já de início ser funcional em plataformas dos sistemas mais populares, Android e iOS (Apple).
- Deverá estar programada já na linguagem de desenvolvimento mais moderna HTML5.
- Deverá ser aprovada e disponibilizada nas "lojas" virtuais das marcas GOOGLE e APPLE, através das quais poderão ser acessados e baixados de forma gratuita por qualquer e todo interessado.
- O aplicativo em questão deverá contemplar e incluir nos serviços:
 - Seção de últimas notícias da Câmara Municipal;
 - Arquivo de vídeos de últimas sessões realizadas no Plenário;
 - Link de acesso a sessões ao vivo;
 - Chat / Fórum temático;
 - Acesso instantâneo ao Museu Virtual;



- Área de podcasts;
- o Recursos de Geolocalização;
- Editoração de todo material jornalístico inicial, com jornalista responsável, em texto, áudio e vídeo a ser preenchido em primeira instância até completar a plataforma.
- o Treinamento para servidores da Câmara Municipal fazerem, upload de materiais
- Suporte e manutenção técnica mensal, pelo período de 12 (doze) meses, a contar a entrega do treinamento.